

Conversão informal da dívida acaba em 1989

2 DEZ 1988

JORNAL DO BRASIL

Externo
Nilton Horita

SÃO PAULO — O mercado de conversão informal da dívida externa em investimento está com seus dias contados. Isso porque os títulos utilizados para movimentar esse tipo de operação (papéis não vencidos e que são resgatados informalmente pelo devedor junto ao credor, com a incorporação do deságio existente no mercado secundário da dívida) são todos eles provenientes de empréstimos diretos dos bancos para as empresas privadas até 1982. Portanto, os últimos títulos conversíveis expiram seu prazo de sete anos de validade no ano que vem.

Os títulos referentes empréstimos nos anos 78, 79, 80 e 81 já foram todos esgotados. Agora, restam apenas os de 1982 e pequena parte de 81. "Esse mercado está-se exaurindo, e, portanto, deixando de ser um bom negócio", avalia o presidente do Standard Chartered Merchant Bank, Igor Cornelsen, o primeiro profissional a realizar uma operação de conversão informal no Brasil, em agosto de 1987.

Depois dessa primeira operação, que

consistiu na capitalização de uma subsidiária americana do setor industrial no Brasil, o volume de conversões informais chegou a atingir US\$ 300 milhões por mês, o dobro do que é ofertado nos leilões de conversão formal via bolsas de valores. Com o fim do estoque de títulos da dívida brasileira para converter em investimento e o surgimento de dezenas de novos bancos se especializando nesse mercado, Cornelsen acha que não haverá mais lucratividade em se montar operações desse tipo. "Dependendo da operação, posso garantir que uma conversão informal já dá prejuízo", afirma Cornelsen. "Hoje não é mais negócio", garante.

O total das operações de conversão informal atingiu até hoje cerca de US\$ 2,3 bilhões, segundo o Banco Central. Mas, na realidade, deve ter superado a casa dos US\$ 6 bilhões, nos cálculos do mercado. Esse tipo de operação chegou a incomodar o governo federal, que proibiu as estatais de realizarem conversões informais. Isso porque as campeãs dessa operação foram justamente as estatais, lideradas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Vale do Rio Doce e Siderbrás.